

STJ00118647

**RONALDO LEMOS**  
**DANIEL MARQUES**

COORDENAÇÃO

# OPEN JUSTICE NA ERA DA HIPERCONNECTIVIDADE

Adriane  
Gouveia  
Solis Alexandre  
Libonati de Abreu  
Alice Granada Ana  
Carolina Benelli Ana Paula  
Bressani Peixoto Barboza  
Anderson de Paiva Gabriel Beatriz Germano Bezerra  
Celina Bottino Cibele Andréa de Godoy Fonseca  
Daniel Becker Daniel Marques Ester Gammardella  
Rizzi Fábio Ribeiro Porto Fernando Antonio Tasso  
Frederico Boghossian Torres Gisele da Silva Craveiro  
Ismar Frango Silveira João Moreira Pessoa de Azambuja  
Jorge A. S. Machado Juliana Abrusio Juliana Pacetta  
Ruiz Juliano Souza de Albuquerque Maranhão  
Luis Felipe Fiocati Melgarejo Matheus Mantuani  
Pedro Gueiros Ronaldo Lemos Tainá Junquillo

**AB2L**

ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
LAWTECHS &  
LEGALTECHS

*PREFÁCIO POR*  
**MINISTRO LUIZ FUX**  
(STF)

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araujo Martino e Quenia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Jéssica Viana Bezerra

*Analistas de Operações Editoriais:* Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araujo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Open Justice na era da hiperconectividade / coordenação Ronaldo Lemos, Daniel Marques. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-260-0010-6

1. Acesso à justiça 2. Conectividade 3. Direito e tecnologia 4. Poder judiciário - Brasil 5. Proteção de dados - Direito - Brasil I. Lemos, Ronaldo. II. Marques, Daniel.

23-166486

CDU-34:007:

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito e tecnologia 34:007

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

## SUMÁRIO

<b>SOBRE OS AUTORES.....</b>	<b>5</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>11</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>ABERTURA DE DADOS PROCESSUAIS: UM DEBATE NECESSÁRIO PARA A PROMOÇÃO DE UM JUDICIÁRIO INTELIGENTE.....</b>	<b>19</b>
RONALDO LEMOS, CELINA BOTTINO, DANIEL MARQUES E TAINÁ JUNQUILHO	
Introdução .....	19
1. A importância do debate de dados abertos para o direito no mundo .....	21
2. E no Brasil, como estamos? .....	24
2.1. Abertura de dados processuais e inovação .....	27
3. Considerações finais: caminhos possíveis.....	30
4. Referências .....	33
<b>O CONCEITO DE JUSTIÇA ABERTA E SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDA- DES PELA REFORMA DO SISTEMA DE JUSTIÇA .....</b>	<b>35</b>
ESTER GAMMARDELLA RIZZI, JORGE A. S. MACHADO E GISELE DA SILVA CRAVEIRO	
1. Comunidades epistêmicas que reivindicam reformas no Sistema de Justiça e sua relação com o conceito de Justiça Aberta .....	37
2. Os gerencialistas .....	40
3. Garantistas pela democratização do Sistema de Justiça.....	41
4. A comunidade em torno do conceito de Justiça Aberta.....	42
5. Dimensões de Justiça Aberta.....	43
6. Considerações finais.....	44
7. Referências bibliográficas .....	45
<b>A DIGITALIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E O CONCEITO DE OPEN JUSTICE .....</b>	<b>47</b>
JULIANA ABRUSIO	
Introdução .....	47

1.	Acesso à justiça e publicidade na era digital.....	48
2.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o Poder Judiciário .....	52
3.	CNJ e Justiça 4.0 .....	56
	Considerações finais .....	58
	Referências bibliográficas.....	59
<b>PERSPECTIVAS À ABERTURA DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO .....</b>		<b>61</b>
ANA CAROLINA BENELLI, GISELE DA SILVA CRAVEIRO E PEDRO GUEIROS		
1.	Dados abertos e seus potenciais .....	61
2.	Dados abertos de justiça para um Estado Aberto.....	65
3.	Principais legislações que regulam o acesso e a proteção de dados no Brasil .....	69
4.	Levantamento de iniciativas e arcabouço legal e normativo que estrutura a abertura de dados no Brasil e no Judiciário .....	72
	Referências Bibliográficas .....	75
<b>DO OPEN DATA AO OPEN JUSTICE: COMO E POR QUE PROMOVER A ABERTURA DE DADOS NO PODER JUDICIÁRIO .....</b>		<b>77</b>
FREDERICO BOGHOSSIAN TORRES E DANIEL BECKER		
1.	Introdução: o que é <i>open data</i> ? .....	77
2.	<i>Open justice</i> : dados abertos na Justiça.....	83
3.	<i>Open justice data</i> : o que está em jogo? .....	89
3.1.	O que promete o <i>open justice</i> ?.....	89
3.2.	Equilibrando transparência com proteção de dados .....	91
3.3.	O custo do <i>open justice</i> : quem vai pagar a conta? .....	93
4.	Considerações finais.....	94
	Referências Bibliográficas .....	95
<b>JUSTIÇA E DADOS: A PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO E O PROJETO CODEX .....</b>		<b>97</b>
ALEXANDRE LIBONATI DE ABREU, ANDERSON DE PAIVA GABRIEL E FÁBIO RIBEIRO PORTO		
1.	O PJE, a multiplicidade de sistemas eletrônicos no país e suas implicações.....	97
2.	A Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e o Projeto Codex – catalisando a revolução digital no Judiciário e aperfeiçoando a política pública .....	104
3.	O Codex e novo universo de dados do Poder Judiciário.....	110
4.	Considerações finais.....	114
5.	Referências bibliográficas .....	116

<b>OPEN JUSTICE E A REGULAÇÃO DO USO DE DADOS DO PODER JUDICIÁRIO</b> .....	119
FÁBIO RIBEIRO PORTO, JOÃO MOREIRA PESSOA DE AZAMBUJA E ANDERSON DE PAIVA GABRIEL	
1. A era exponencial .....	119
2. O novo petróleo: os dados .....	124
3. Dados Abertos e Judiciário .....	128
4. Acesso aos dados do Judiciário para fins comerciais e contraprestação ao Poder Público.....	135
 <b>A PUBLICIDADE DE ATOS PROCESSUAIS NO NOSSO ORDENAMENTO E O TRATAMENTO SECUNDÁRIO DE DADOS PESSOAIS PÚBLICOS</b> .....	143
JULIANA PACETTA RUIZ E LUIS FELIPE FIOCATI MELGAREJO	
1. Contexto histórico e legislativo da publicidade processual e proteção à intimidade .....	145
2. O uso de dados públicos na Lei Geral de Proteção de Dados .....	148
3. Iniciativas de governo aberto e aumento da transparência no judiciário como fundamentos para a democracia e garantia de direitos .....	152
4. Conclusão .....	155
Referências.....	156
 <b>A REGULAÇÃO DO CONSUMO DE DADOS EM MASSA NO PODER JUDICIÁRIO – PROSPECCÕES E PERSPECTIVAS</b> .....	159
JULIANO SOUZA DE ALBUQUERQUE MARANHÃO E FERNANDO ANTONIO TASSO	
1. Introdução.....	159
2. Publicidade processual e proteção de dados dos Atos Processuais .....	160
2.1. Publicidade processual externa .....	161
2.2. Publicidade processual interna .....	163
2.3. Publicidade judicial e proteção de dados .....	166
3. Diagnóstico e desafios quanto ao acesso massivo a dados de processos judiciais .....	171
4. Perspectivas do acesso massivo a dados de processos judiciais .....	175
5. Conclusão .....	182
6. Referências .....	183
 <b>APRENDIZADO DE MÁQUINA E PROCESSOS TRANSITADOS EM JULGADO: UM ESTUDO DE PADRÕES PARA REDUZIR CRIMES CIBERNÉTICOS</b> .....	185
CIBELE ANDRÉA DE GODOY FONSECA E ISMAR FRANGO SILVEIRA	
1. Introdução.....	185
2. Estado da arte .....	187

3. Método .....	189
4. Avaliação de desempenho .....	192
5. Conclusão .....	202
Referências.....	204

## LIVRE ACESSO A PROCESSOS JUDICIAIS, PARIDADE DE ARMAS E ACESSO À JUSTIÇA..... 207

ALICE GRANADA E MATHEUS MANTUANI

Introdução e apresentação do tema .....	207
1. Obstáculos ao acesso livre a informações de processos judiciais.....	208
1.1. Obstáculos institucionais ao acesso livre a dados de processos judiciais.....	209
1.1.1. Multiplicidade de sistemas judiciais .....	209
1.1.2. Limitação do acesso à íntegra do processo judicial .....	211
1.1.3. Supressão de ferramentas de busca .....	212
1.2. Obstáculos técnicos: verificações de automação e cobrança pelo acesso.....	213
2. Paridade de armas e acesso à Justiça .....	216
Conclusão .....	221

## TECNOLOGIA E O DIREITO AO ESQUECIMENTO ..... 223

ANA PAULA BRESSANI PEIXOTO BARBOZA, ADRIANE GOUVEIA SOLIS E BEATRIZ GERMANO BEZERRA

1. Uso da tecnologia no Poder Judiciário .....	223
2. Direito ao esquecimento na era da hiperconnectividade .....	227
3. Efeito Streisand.....	235
4. Conclusão .....	238
Bibliografia.....	240